

## - XLII -

# **POLÍTICA EDUCACIONAL E DESIGUALDADE SOCIAL: QUEM SÃO OS POBRES NO PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE PALMAS, TOCANTINS?**

**Juciley Silva Evangelista Freire**  
UFT, Campus de Palmas/Brasil  
[jucy@uft.edu.br](mailto:jucy@uft.edu.br)

### **Introdução**

O texto apresenta discussões referentes à pesquisa que vem sendo realizada sobre “Educação, Pobreza e Desigualdade Social no Planejamento e na Gestão da Escola Pública de Palmas-TO”, que se orienta pela questão: quem são as crianças e jovens pobres e como são pensados pelas políticas educacionais no estado do Tocantins? O objetivo geral é averiguar como é tratada a relação educação, pobreza e desigualdade social nos processos de planejamento e gestão educacional no município de Palmas, capital do estado. O objetivo específico foi conhecer no Plano Municipal de Educação de Palmas (PME 2016-2026) as diretrizes políticas, metas e estratégias propostas para garantia do direito à educação das crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza, de modo a enfrentar a situação de desigualdades sociais e educacionais; identificar quem são os sujeitos pobres e extremamente pobres definidos pelo PME e analisar como estes são pensados nas políticas educacionais.

Para alcançar estes objetivos foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica realizou-se leitura e síntese de referencial teórico sobre a relação entre educação, pobreza e desigualdade social no Brasil. Para a pesquisa documental, foi produzida uma guia de documentação e leitura para análise do Plano Municipal de Educação de Palmas (2015-2025) cujo objetivo foi identificar nesse documento as metas e estratégias propostas para garantia do direito à educação das crianças e jovens em situação de pobreza e extrema pobreza e como são definidos esses sujeitos.

### **Planos de Educação no Enfrentamento da Pobreza e das Desigualdades Sociais**

A pobreza persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Segundo Arroyo (2012), nas salas de aula “essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos

de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres” (p.6). Concordamos com Duarte (2011) quando afirma que

A desigualdade escolar entre ricos e pobres fere preceitos constitucionais ao mesmo tempo em que afronta a perspectiva das oportunidades e atua como explicação capaz de legitimar as próprias desigualdades econômicas. Análises sobre indicadores sociais permite inferir que há forte correlação entre situação de pobreza e fracasso escolar - distorção idade/série, evasão e baixo IDEB – permitindo afirmar que os indicadores de fracasso escolar e baixa escolaridade nos dirigem aos mesmos lugares dos indicadores de vulnerabilidade social e pobreza. (2011, p.1)

Os adultos, os jovens e as crianças que vivem em condições de pobreza ou extrema pobreza protagonizam um cenário histórico de exclusão educacional ou baixa escolaridade (CURY, 2002; SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015) em contraponto aos indicadores educacionais mais altos das classes sociais favorecidas economicamente.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), aprovado em 2014 para o decênio 2014-2024, apresenta algumas metas e estratégias para enfrentamento desse cenário de desigualdade educacional e da pobreza (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015; GARCIA; HILLESHEIM, 2017; DOURADO, 2016). A meta 8 do PNE é a que mais diretamente trata da equiparação no atendimento educacional entre ricos e pobres, ao estabelecer a elevação da “escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo, no último ano de vigência do Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e para os 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados”.

As proposições do PNE, tomado como o eixo articulador das políticas educacionais, desde o planejamento, a gestão até a avaliação, têm importância crucial para o enfrentamento das desigualdades sociais e das desigualdades escolares.

### **Estratégias para o enfrentamento da Desigualdade no Plano Estadual de Educação Tocantins (PEE-TO)**

Os dados apresentados a seguir são fruto do levantamento inicial realizado por meio do uso de uma guia de documentação e leitura das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de Palmas com destaque para aquelas referentes ao enfrentamento da desigualdade educacional e a garantia do direito à educação de crianças e jovens em situação de pobreza. Os dados estão agrupados por metas.

No geral, no Plano Municipal de Educação de Palmas as metas 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 9 referem-se à ampliação da oferta de educação infantil, à universalização da oferta do ensino fundamental, à alfabetização de todas as crianças e à garantia da qualidade da educação básica, com aprendizagem e domínio dos conhecimentos e saberes. Essas metas referem-se, também, à universalização do acesso na rede regular de ensino à educação formal e o atendimento educacional especializado para crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Orientam-se, ainda, para a elevação dos níveis de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais, e para ampliação das matrículas de educação de jovens e adultos. A meta 10 é a que mais diretamente se refere aos sujeitos em situação de pobreza, pois objetiva “Implementar, em regime de cooperação/colaboração com o Estado e a União, o sistema municipal de oferta educacional para criança, adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sobretudo, as que trabalham e/ou moram nas ruas, as abrigadas e as que cumprem medidas socioeducativas”.

As metas 12, 13, 14 e 15 referem-se à formação de professores, à elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior e à formação inicial e continuada dos profissionais da educação do sistema municipal de ensino de Palmas, e à regulamentação da gestão democrática e as condições para sua efetivação nas escolas públicas do município de Palmas.

Em todas essas metas, encontramos referências a propostas de enfrentamento de diversos tipos de desigualdades sociais e educacionais da população palmense. Nas estratégias do Plano Municipal de Educação de Palmas, para enfrentar as desigualdades sociais, e atender o público em situação de pobreza e extrema pobreza, encontramos referência a cinco grupos sociais: os alunos em situação de vulnerabilidade, os indígenas, os quilombolas, os do campo e os com deficiências.

### Conclusão

O estudo inicial do Plano Municipal de Educação de Palmas para o decênio 2015-2025, permitiu identificar as metas e estratégias que se referem às propostas de ações que buscam garantir o direito à educação das crianças e jovens que vivem em situação de pobreza por meio de políticas que objetivam ampliar os níveis educacionais, bem como dar acesso, permanência e conclusão dos estudos a essa população. Identificamos que essas estratégias referem-se, basicamente, a cinco grupos sociais: as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, os alunos indígenas, os alunos quilombolas, os itinerantes (ciganos) e os alunos com deficiências. Portanto, o Plano Municipal de Educação de Palmas propõe, em várias de suas metas, estratégias para garantir o direito à educação dos sujeitos que vivem em situação de pobreza e daqueles que historicamente são excluídos do acesso, permanência e conclusão dos estudos, ou seja, os indígenas, os quilombolas, ciganos e crianças e jovens com deficiências.

### Referências

ARROYO, Miguel G. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: ARROYO, Miguel G; SILVA, Maurício R.da (Org.). **Corpo – infância; exercício tensos de ser crianças;** por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: vozes, 2012. p 23 -54.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25** de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) >. Acesso em: 05 out. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, Set. 2002 .

DOURADO, Luiz F. **Plano Nacional de Educação**: política de Estado para a educação brasileira. Brasília : Inep, 2016.

DUARTE, Natália de Souza. Política educacional e o percurso escolar da população em situação de pobreza. In: **XI CONLAB**, Salvador:UFBA,7 a 11 ago. 2011.

PALMAS. **Lei nº 2.238**, de 19 de janeiro de 2016. (Alterado pelo Decreto nº 2.243, de 23/03/2016). Institui o Plano Municipal de Educação de Palmas. Palmas: 2016. Disponível em: <  
<http://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-ordinaria-2.238-2016-01-19-3-6-2016-15-44-42.pdf>  
>. Acesso em: 05 out. 2017

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE**, v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.